

# Compartilhando responsabilidades

**M**aria da Glória Brito Abaurre é bióloga com especialização em gestão ambiental. Foi responsável pela implantação e primeira titular da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Vitória e hoje é a Secretária Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo - SEAMA e presidente do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA. Nesta entrevista, fala de comitês, da importância da bacia do rio Doce e anuncia um amplo projeto de fortalecimento da gestão compartilhada das águas no estado.



## **O que é e como funciona o IEMA?**

A Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA) trata da elaboração de políticas, diretrizes e normatização das ações relacionadas à política de meio ambiente e recursos hídricos. Já o IEMA, uma autarquia, trata da execução dessas políticas, fiscalizando, licenciando, exercendo os instrumentos de gestão de recursos hídricos e implementando projetos

relacionados à recuperação e conservação das bacias hidrográficas.

## **Quais os principais entraves à atuação do IEMA e o que vem sendo feito para mudar este quadro?**

Apontamos quatro principais problemas enfrentados pelo IEMA: equipe técnica inadequada; falta de procedimentos e fluxos internos dos processos; falta de regulamentação dos

instrumentos de gestão e falta de estrutura dos comitês. Para cada um deles temos buscado implementar soluções.

O IEMA realizou recentemente concurso público, ampliando o número de técnicos. Estamos também fazendo treinamento desses técnicos, sendo que 25 deles são para a área de recursos hídricos e especificamente 4 são para o laboratório. O laboratório também passa por uma estruturação por meio da implementação de rotinas de

qualidade, proporcionando analisar maior quantidade de parâmetros com maior grau de precisão.

Estamos implantando o Sistema de Informações Ambientais (SIAM), nos moldes do mesmo programa cedido pelo governo de Minas Gerais. O sistema, além de reduzir a burocracia, vai criar mecanismos automáticos de integração entre a outorga e o licenciamento ambiental, oferecendo maior agilidade na tramitação e análise de processos.

Por outro lado, foi aprovada recentemente, pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a resolução que contém os critérios gerais para outorga. Outras ações complementares como o cadastramento de usuários, ampliação da rede de monitoramento, elaboração de planos de bacia, estudos econômicos sobre impacto de cobrança pelo uso da água, serão implementadas pelo Projeto Águas Limpas. Esse projeto é financiado pelo Banco Mundial para tratamento de esgoto na região metropolitana com foco no fortalecimento do sistema estadual de gestão de recursos hídricos.

Como forma inicial de possibilitar que os comitês desempenhem suas funções, o IEMA estará realizando treinamento e capacitação dos membros dos comitês.

### ***O ritmo de implementação da Lei Estadual 5.818/98 no ES é satisfatório?***

Entendemos que o ritmo ainda pode melhorar, no entanto, vários avanços já foram obtidos. Atualmente o governo do estado criou condições para estabelecer

as principais diretrizes para a área de recursos hídricos. Isso foi feito por meio de um planejamento estratégico para o setor envolvendo mais de 30 entidades representativas do poder público, dos usuários de água e da sociedade civil organizada. Alguns passos importantes foram dados para a implementação da política estadual de recursos hídricos como a criação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e de cinco comitês de bacias de rios de domínio estadual. Nos rios de domínio federal destacam-se a criação do CBH Itapemirim. Portanto, apesar de alguns estados já terem avançado na implementação dos

"O SIAM vai reduzir a burocracia oferecendo maior agilidade na tramitação e análise de processos".

instrumentos de gestão, estado do Espírito Santo está aproveitando as boas experiências.

### ***Qual o papel do IEMA no Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos-SINGERH?***

O IEMA é o órgão coordenador do Sistema Estadual de Recursos Hídricos no Espírito Santo e tem articulação direta com o Sistema Nacional de Recursos Hídricos por meio dos comitês dos rios de domínio da União, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos CNRH e da Agência Nacional de Águas

(ANA).

### ***Qual o nível de articulação do IEMA com os demais entes do SINGERH, especialmente na bacia do Doce?***

A SEAMA/IEMA presidiu parceria importante com Minas Gerais. A UAR/Doce Unidade Administrativa Regional da ANA na bacia do rio Doce conta com uma triangulação importante entre ANA, IGAM e IEMA. A parceria com o governo de Minas, por meio da SEMAD e do IGAM, contribuiu muito para o envolvimento dos principais atores da bacia do rio Doce e o desenvolvimento de ações de gestão e recuperação.

O IEMA participou ativamente na organização e realização do Fórum das Águas do Rio Doce que aconteceu este ano em Governador Valadares e se prepara para a participação no próximo, em 2006, que será em Colatina, no Espírito Santo.

### ***Qual a importância da bacia do rio Doce para o ES?***

Esta bacia cobre quase 25% da área do território capixaba. O Doce é o maior rio do estado em termos de vazão e volume. Tem importância no desenvolvimento da agricultura e nas atividades de mineração. A região estuária abriga o projeto TAMAR e atividades de produção de petróleo e gás.

### ***Quais as principais ações já realizadas pelo IEMA na bacia do Doce?***

Além da já citada parceria com a ANA e IGAM no apoio à UAR / Doce, o IEMA realiza monitoramento do índice de qualidade da água do rio Doce. Participa ainda em projeto de recuperação de nascentes, ações do projeto Corredores Ecológicos e no monitoramento de chuvas, em parceria como o INCAPER. Atualmente apóia a reativação do Consórcio Guandu. No início do ano participou ativamente do 1º Fórum das Águas do Rio Doce.

***Recentemente foi instituído o CBH Santa Maria. Quais são as perspectivas de criação dos demais comitês das bacias dos rios tributários do Doce no Espírito Santo?***

As diretrizes do planejamento estratégico para os recursos hídricos priorizaram uma política gradativa de implementação dos CBHs. A criação de comitês deve se dar com a viabilidade do efetivo funcionamento do comitê. Entretanto, importantes movimentos pró-comitês estão ocorrendo no lado capixaba da bacia, como por exemplo, o Consórcio Guandu, o Pró-São José, e principalmente o envolvimento das prefeituras nos temas relacionados ao meio ambiente e à recuperação de bacias.

O IEMA apoiará essas iniciativas, contando sempre com as articulações com os atores locais. Recursos de emendas parlamentares destinados ao IEMA têm proporcionado a celebração de convênios, como por exemplo, com o IPEMA, que entre outros temas, visa

estabelecer diretrizes para criação dos comitês tributários do Rio Doce no Espírito Santo.

***De que maneira está sendo conduzida a discussão a respeito da ação dos comitês na região do estuário do rio Doce?***

Já foram realizadas duas reuniões públicas com as entidades representativas de usuários, poder público e sociedade civil organizada. Além disso, o IEMA trabalha internamente para aquisição de imagens de satélite que auxiliarão na definição de limites de sub-bacias que drenam para a região estuarina do rio Doce.

***Qual o recado do IEMA para a bacia e para os atores envolvidos na gestão dos recursos hídricos?***

Que cada cidadão se sensibilize e busque diversas entidades representativas para participar de forma conjunta nas decisões do CBH-Doce e na implementação dos projetos necessários para a melhoria das condições da bacia e da qualidade de vida. Essa é a única forma de colocar em prática o princípio básico da gestão descentralizada e participativa, prevista na lei nacional e nas leis estaduais de recursos hídricos. ■

“A criação de comitês deve se dar com a viabilidade do seu efetivo funcionamento”

